

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Principal cliente da Petrobras, China recupera consumo de óleo	2
Título: CSN cria fundo de venture para investir em startups.....	3
Título: Petrobras levanta US\$ 3,25 bi no exterior	5
Título: Justiça nega renegociação de contratos com a BR	6
Título: Plano prioriza investimentos em setores verdes.....	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Petrobrás capta US\$ 3,25 bi no exterior	11
Título: BNDES entra em projeto de 'choque de energia barata'	12
VEÍCULO: O Globo.....	13
Título: Alguém consegue me explicar?	13

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/05/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Principal cliente da Petrobras, China recupera consumo de óleo**

Principal destino das exportações de petróleo da Petrobras, a China vem dando sinais de recuperação no consumo de óleo cru. De acordo com a consultoria Wood Mackenzie, a demanda chinesa pela commodity deve subir 16,3% no segundo trimestre, ante os três primeiros meses do ano, período em que o país asiático mergulhou numa crise econômica desencadeada pelas medidas de isolamento social, contra o novo coronavírus.

A expectativa é que o consumo chinês volte aos patamares de 13 milhões de barris/dia, mas ainda se mantenha 2,5% abaixo dos patamares do segundo trimestre de 2019. A recuperação mais efetiva é esperada apenas para o segundo semestre. A Wood Mackenzie prevê um crescimento de 2,3% na demanda do país asiático na segunda metade de 2020, na comparação com igual período do ano passado, para 13,6 milhões de barris.

A China respondeu, no primeiro trimestre, por 48% das exportações da Petrobras, 20 pontos percentuais a menos do que a participação chinesa nas vendas externas da estatal brasileira no quarto trimestre de 2019. Houve uma redução de 12% nas exportações da petroleira para o país asiático na mesma base de comparação, para 386 mil barris por dia.

A estatal não informa as receitas obtidas com as exportações. De acordo com dados de comércio exterior do Ministério da Economia, os embarques brasileiros para a China totalizaram, no primeiro trimestre, US\$ 3,33 bilhões, uma queda de 5,4% ante igual período do ano passado. O montante corresponde, no entanto, às vendas de todo o petróleo cru produzido no Brasil, não só pela estatal.

Apesar da queda das exportações para a China, a Petrobras conseguiu compensar os efeitos da crise econômica no país asiático e aumentar as vendas para outros países. O destaque, nesse sentido, foi a Índia, que ampliou em cerca de 45 mil barris diários as compras da estatal brasileira entre o último trimestre de 2019 e os três primeiros meses deste ano, para aproximadamente 65 mil barris diários, na média. Espanha, Singapura e Coreia do Sul, por sua vez, elevaram em 40 mil barris por dia, cada, as importações da Petrobras.

Nos três primeiros meses de 2020, a estatal vendeu para o exterior, em média, 806 mil barris ao dia, uma alta de 63,15% em relação a igual período de 2019.

Em abril, quando a queda da demanda se acentuou, a companhia bateu recorde de exportação de óleo cru: 1 milhão de barris - a expectativa para maio, contudo, é de queda nesse volume, à medida em que o mercado doméstico se recupera.

Os dados positivos de exportação da Petrobras, em plena contração da demanda global, mostram que o petróleo da estatal tem se mostrado competitivo no mercado. O óleo do pré-sal possui baixo teor de enxofre, especificação cuja demanda cresceu após a entrada em vigor, neste ano, da nova especificação mundial para combustíveis marítimos (IMO 2020).

Para a Wood Mackenzie, a trajetória de recuperação da demanda chinesa dependerá de como a pandemia se comportará.

“Mesmo que a China evite uma segunda onda de infecções, enquanto a pandemia permanecer em todo o mundo, o país manterá rigorosos controles nas fronteiras, restringindo a aviação. Além disso, a atual crise econômica global provavelmente terá um impacto adverso nas exportações e investimentos da China, pressionando negativamente a atividade de transporte industrial e comercial”, afirma o pesquisador Yuwei Pei, em relatório sobre o assunto.

A consultoria estima que a demanda por gasolina está se recuperando rapidamente e provavelmente voltará aos níveis do ano passado em junho. “Mais pessoas estão retornando ao escritório, após um período de teletrabalho. Além disso, o uso de carros particulares agora é visto como o modo de mobilidade mais seguro, transferindo passageiros de transporte público para carros particulares”, comenta Yuwei Pei.

A demanda chinesa por diesel, por sua vez, deve atingir 3,4 milhões de barris ao dia no segundo trimestre de 2020, 3% a menos do que o registrado em igual período do ano passado. A expectativa, no entanto, é que o consumo do derivado suba 1,2% no terceiro trimestre, na comparação anual. Já o consumo de combustível de aviação continuará caindo pelo resto do ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo

Título: CSN cria fundo de venture para investir em startups

Quando tinha dez anos de idade, Felipe Steinbruch estava ao lado do pai, Benjamin, tocando sino da bolsa de Nova York na negociação de ações da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no mercado americano. Ao longo da infância, assistiu a diversas reuniões de diretoria e momentos decisivos no

escritório, uma rotina que o pai lhe aplicou à semelhança do que fez seu avô. Não é de hoje, portanto, que acompanha a siderúrgica controlada pela família - mas como uma diferença relevante: a ótica da geração que já nasceu cercada de tecnologia e em meio às discussões sobre sustentabilidade.

Ele agora está à frente do grupo que busca levar inovação e diversificação para uma indústria tradicional. Felipe Steinbruch é cofundador da CSN Inova, uma subsidiária da CSN criada há pouco mais de um ano e que acaba de estruturar seu primeiro fundo de investimento. “É o primeiro veículo corporativo de venture capital brasileiro focado na indústria 4.0. A CSN quer investir em empresas que promovam tecnologia de impacto em larga escala, soluções que possuam sinergia com as operações do grupo e que sejam inovadoras”, afirma Steinbruch.

O fundo CSN Inova Ventures tem R\$ 30 milhões para investir em startups ao longo de três anos, buscando empresas que já tenham tração e carteira de clientes, com aportes entre R\$ 2 milhões e R\$ 5 milhões. “O objetivo é ajudar a transformar e perpetuar o negócio da CSN, encontrar soluções e tecnologias para alavancar o ‘core business’, acessar novos mercados, construir novos negócios e fontes de receitas”, explica.

“O fundo vai atuar como radar de tendências, tanto para a continuidade quanto para a disrupção dos segmentos da companhia, com soluções mais sustentáveis, como fontes alternativas e renováveis de energia”, exemplifica.

Além de energia, busca inovações em mineração, siderurgia e logística - novos materiais, impressão 3D, gestão de rejeitos e inteligência artificial. Outra frente é ligada a produtos e pesquisa de cannabis medicinal. “As oportunidades em saúde fazem parte da tese de novos negócios disruptivos, ou seja, de soluções que atualmente não possuem sinergia operacional com a atuação da CSN”, diz Gabriela Toribio, gerente do fundo.

A CSN Inova fará o mapeamento e análise de startups, por meio de um comitê de portfólio, e estabeleceu parcerias para a prospecção de negócios. Gabriela ressalta que, além de capital, a companhia siderúrgica pode testar tecnologias em sua estrutura.

O fundo de venture capital já estava sendo estruturado pela CSN Inova quando eclodiu a crise causada pela pandemia da covid-19. Ao invés de alterar os planos, a companhia entendeu que o atual contexto era mais uma razão para tocar o projeto. “A indústria está dando um novo salto tecnológico no Brasil e no mundo e este é o momento para inovações”, diz Steinbruch. “A sociedade evolui com grande velocidade e momentos de crise aceleram essas transformações. Estamos atentos a isso e prontos para avançar.”

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/05/2020****Seção: Finanças****Autor: Ana Paula Ragazzi — De São Paulo****Título: Petrobras levanta US\$ 3,25 bi no exterior**

Apesar do cenário de crise sem precedentes, a Petrobras encontrou forte demanda no mercado internacional para uma emissão de bônus. A companhia captou ontem US\$ 3,25 bilhões, ao atrair perto de US\$ 16 bilhões em ordens de investidores. Os recursos serão usados para reforçar seu caixa.

A operação, liderada pela Petrobras Global Finance, foi feita em duas séries. A tranche com vencimento em dez anos somou US\$ 1,5 bilhão e saiu com remuneração ("yield") de 5,60%. A outra, com prazo de 30 anos, levantou US\$ 1,75 bilhão, a um taxa de retorno de 6,90%.

Os coordenadores conseguiram reduzir as taxas inicialmente sugeridas em 0,40 ponto - a sinalização inicial era de 6% (10 anos) e 7,30% (30 anos). As taxas da operação saíram com prêmio entre 5 e 10 pontos-base sobre os títulos da Petrobras de prazo equivalente negociados no mercado secundário. Em emissões soberanas recentes na América Latina, esse prêmio ficou entre 40 e 50 pontos.

"O sucesso da operação, a primeira de uma empresa brasileira pós-covid, mostra o reconhecimento e apoio que a Petrobras tem entre os investidores hoje. Diferentemente de outros países da região, ela abriu o mercado antes mesmo de uma emissão soberana", diz André Silva, diretor da área de mercado de capitais internacional para a América Latina do BNP Paribas. O banco coordenou a operação juntamente com Bank of America, Itaú BBA, J.P. Morgan, Scotia Capital e SMBC Nikko.

O êxito da oferta da Petrobras, avalia Silva, deve impulsionar outras grandes empresas brasileiras com receitas em moeda estrangeira a acessar o mercado. "Num momento de cenário incerto, em que o caixa é relevante, estar atento a essas janelas é fundamental", diz.

Felipe Wilberg, diretor de renda fixa e produtos estruturados do Itaú BBA, destaca que no mercado doméstico o financiamento para empresas passou a ser de curto prazo. "Para uma operação nesse tamanho e com prazo de 10 e 30 anos não tem mercado hoje no Brasil", diz Wilberg, lembrando que os fundos de

crédito privado vêm sofrendo resgates, e falta demanda por aqui hoje. O executivo afirma que outras empresas preparam emissões externas, mas sem euforia. “Não serão 10 ou 20 operações, mas uma ou outra empresa que precise dar andamento a investimentos, por exemplo.”

A explicação para a demanda pelos papéis da Petrobras passa pelo cenário de juros muito baixos pelo mundo, e a busca dos investidores por um incremento de remuneração. “Existe muita liquidez, mas não é para todo mundo. Está concentrada em empresas de porte maior, que acessam o mercado com frequência”, diz Silva, do BNP. Segundo ele, a Petrobras pensava inicialmente numa oferta de US\$ 2,5 bilhões e queria preservar a melhor condição de taxa possível. “Pela demanda, a operação poderia ter sido ainda maior, mas a opção foi por preservar os custos. As taxas saíram praticamente nos níveis pré-covid”, afirma.

A Petrobras aproveitou uma janela de mercado, em função da recuperação dos preços do petróleo. O mercado externo de dívida chegou a fechar na crise, por conta de taxas disfuncionais. Mas reabriu rapidamente depois que o Fed anunciou um programa trilionário de compra de papéis no secundário, o que acalmou os spreads. As taxas foram caindo para os papéis ‘high grade’ (menor risco) e ‘high yield’ (alto risco); e agora os investidores têm voltaram a atenção também para emergentes.

Já há expectativa no mercado para que a operação de Petrobras também contribua para reduzir as taxas no mercado doméstico. Nas contas de um investidor, se a empresa buscasse a conversão para reais, as remunerações seriam equivalentes a CDI + 3% no papel de 10 anos e CDI + 4,35% no de 30 anos - grandes empresas têm captado nessas taxas aqui, mas com prazo de um ou dois anos. A própria Petrobras, segundo fontes, sondou o mercado para emitir uma debênture de infraestrutura, cuja remuneração rondaria IPCA + 6%. A Petrobras não deu entrevista.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/05/2020

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon — De Brasília

Título: Justiça nega renegociação de contratos com a BR

A Justiça tem negado liminares a postos de gasolina que querem renegociar ou mesmo cancelar contratos com a BR Distribuidora. Eles tentam quebrar a

exclusividade para poder adquirir combustíveis de outras distribuidoras, por preços menores, e reduzir os prejuízos gerados com a queda no consumo devido à pandemia.

Nas decisões, os juízes entenderam que a crise atinge toda a cadeia e pedem provas dos supostos prejuízos. Também levaram em consideração as alegações da companhia de que negocia com os postos e que os pedidos de quebra de exclusividade podem ludibriar o consumidor.

Um dos pedidos de revisão de contrato de exclusividade foi negado pela 2ª Vara Cível de Curitiba (PR). O posto alegou na ação que o preço do combustível da BR é muito superior ao das outras distribuidoras, além de ter sido surpreendido com a pandemia.

De acordo com o posto, uma das cláusulas do contrato prevê a possibilidade de suspensão, nas hipóteses de caso fortuito ou força maior. Além disso, argumenta que o próprio Código Civil estabelece, no artigo 393, que “o devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado”.

O posto já discutia preços com a distribuidora antes da pandemia, mas os problemas foram acentuados com as medidas de restrição de circulação. “Antes, o posto funcionava 24 horas e vendia 100 mil litros. Mas o horário de funcionamento foi reduzido e ele não tem condições de manter a compra e revenda de 100 mil litros”, afirma a advogada Fabiana Baptista Silva Caricati, sócia do escritório Caricati Advocacia, que defende o posto.

De acordo com a advogada, tentou-se antes de ir à Justiça renegociar o contrato. Porém, sem sucesso. Ela afirma que já propôs ações semelhantes contra outras distribuidoras. Mas os pedidos não foram concedidos ou não chegaram a ser analisados.

Na decisão de Curitiba, a juíza Letícia Zétola Portes diz que a pandemia não é capaz de justificar a determinação de suspensão do cumprimento dos contratos. “A drástica redução no consumo de combustível é notória, entretanto prejudica também a requerida, vez que irá distribuir menos combustível, sendo o contexto fático delicado”, afirma.

Para ela, o Judiciário só deveria se manifestar em último caso. A decisão considera que as medidas adotadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública levaram à crise e prejudicam toda a cadeia produtiva, prestação de serviços e consumidores (processo nº 0008653-69.2020.8.16.0001).

Um pedido semelhante feito na 6ª Vara Cível de Cuiabá também foi negado. O posto chegou a conseguir uma liminar para quebrar a exclusividade na compra,

mas ela foi reformada pelo próprio magistrado após recurso. Na decisão, o juiz Jones Gattass Dias afirma que a distribuidora não está em extrema vantagem em relação ao posto.

“É certo que o atual momento de incertezas exigirá habilidades de todos para sobrevivência à crise, possivelmente com perdas que cada um deverá suportar particularmente, que serão maiores ou menores, de acordo com as providências que vier a tomar”, diz na decisão (processo nº 1014132-41.2020.8.11.0041).

Na comarca de Bauru (SP), um posto de gasolina pediu mudanças no contrato com a BR Distribuidora, alegando onerosidade excessiva causada pela pandemia às suas atividades. O juiz da 6ª Vara Cível, André Luis Bicalho Buchignani, porém, negou o pedido por entender que não havia a probabilidade de direito e o risco na demora de decidir, que são os elementos necessários para a liminar (processo nº 1007304-19.2020.8.26.0071).

O advogado do posto, João Guilherme Claro, do escritório Claro Advocacia, diz que não pretende recorrer da decisão liminar. O posto vai aguardar o julgamento de mérito. “Amigavelmente se recusaram a negociar. O que oferecem é muito pouco”, afirma.

O diretor jurídico da BR Distribuidora, Henry Daniel Hadid, alega que as distribuidoras investem muito na marca, logística e no produto e que os clientes confiam na marca da bandeira do posto. Por isso, a venda de combustível de outra origem passaria a informação errada ao consumidor. “Há um problema concorrencial porque o revendedor acaba se aproveitando do investimento que a distribuidora fez sem participar dos custos”, diz. “A exclusividade do contrato de distribuição de combustível é o alicerce desse mercado.”

O diretor afirma que a distribuidora promoveu um pacote de medidas para auxiliar os revendedores nesse período. “Temos uma preocupação enorme de o ecossistema funcionar perfeitamente”, diz. “Os problemas dos revendedores estão sendo tratados caso a caso.”

Todos os dias, segundo o advogado Marcos Velloza, sócio de contencioso cível e arbitragem do escritório Velloza Advogados, aparecem clientes com pedidos de renegociação de contratos. Sua orientação a credores e devedores é tentar negociar antes de levar as demandas à Justiça.

Para Velloza, no caso dos postos de gasolina, a pandemia não seria justificativa para romper a exclusividade, já que a bandeira constitui um comércio baseado naquele produto. “Negociar faturas e vencimentos é diferente de pedir para comprar de outra distribuidora”, diz.

Diego Barbosa Campos, da área cível do escritório Figueiredo e Velloso Advogados, afirma que hoje há mais acordos do que judicialização. De acordo com ele, não basta na Justiça alegar a existência da covid-19. É necessário ao credor, acrescenta, demonstrar que não consegue honrar compromissos por causa da pandemia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/05/2020

Seção: Mundo

Autor: Dieter Holger e Maitane Sardon — Dow Jones Newswires, de Barcelona

Título: Plano prioriza investimentos em setores verdes

A União Europeia propôs gastar centenas de bilhões de euros em setores verdes como parte de seus planos para amenizar as consequências da pandemia do coronavírus, e com isso aprofundar sua promessa de transformar o bloco em uma economia neutra em carbono até 2050.

O plano de recuperação de € 750 bilhões (US\$ 821,6 bilhões) e o orçamento da UE, de €1,1 trilhão para 2021 a 2027, que foram divulgados ontem, destinam bilhões para energia renovável, transporte limpo, hidrogênio como fonte de energia e renovação de edifícios para que tenham maior eficiência energética. A Comissão Europeia, órgão executivo da UE, propôs que um quarto do orçamento seja reservado para o combate às mudanças climáticas.

Tanto o orçamento mais amplo como o plano de recuperação vão enfrentar um debate tenso antes de que se chegue a um acordo de consenso entre os 27 países-membros do bloco.

“Precisamos avançar rapidamente em direção a um futuro verde, digital e resiliente”, disse a presidente da comissão, Ursula von der Leyen, em discurso ao Parlamento Europeu. Ela acrescentou que uma extensão do programa de comercialização de emissões da UE e a criação de um imposto de fronteira para o dióxido de carbono podem ajudar a pagar os investimentos verdes propostos.

Cumprir as metas atuais da UE sobre energia limpa pode adicionar 1% do Produto Interno Bruto (PIB) e criar quase 1 milhão de empregos verdes até 2030, avaliou a comissão. Por outro lado, expor a economia da UE a um aquecimento mundial de 3 graus Celsius poderia custar ao bloco €175 bilhões por ano, segundo o Centro Conjunto de Pesquisa da UE.

O orçamento da UE não recomenda que os Estados membros usem qualquer parte do dinheiro que recebem em combustíveis fósseis, mas os países têm alguma flexibilidade sobre como gastar os recursos. Leyen estabeleceu o acordo

verde como um dos pilares de seu mandato de cinco anos, que começou em julho de 2019.

A Comissão de Assuntos Econômicos e Monetários do Parlamento Europeu informou no início deste mês que até €300 bilhões em investimentos anuais necessários para alcançar a meta climática da UE poderiam ser obtidos com a liberação do dinheiro que é destinado a combustíveis fósseis. Esse montante anual somaria cerca de € 9 trilhões até 2050.

Este é também o primeiro orçamento da UE desde que o Reino Unido saiu do bloco e estabeleceu uma meta própria de neutralidade em carbono até 2050. No primeiro trimestre deste ano, energias renováveis responderam por mais de 40% do consumo energético do Reino Unido, ultrapassando os combustíveis fósseis pela primeira vez em fevereiro, de acordo com a Drax Electric Insights, site que rastreia estatísticas de energia.

A ofensiva da Europa na direção da energia limpa enfatiza os apelos de políticos, investidores e corporações pelo abandono de fontes de energia poluentes. No início deste mês 155 empresas, com mais de US\$ 2,4 trilhões em valor de mercado combinado, instaram os governos de todo o mundo a alinhar seus pacotes de recuperação do coronavírus com o Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, que espera limitar o aquecimento global a não mais de 1,5 grau Celsius.

Investidores e empresas europeias aplaudiram o desejo da Comissão Europeia de colocar as mudanças climáticas no centro de seu plano de recuperação para impulsionar o crescimento das empresas e criar oportunidades de investimento.

“Esse importante pacto verde trará crescimento, emprego e prosperidade”, disse Ignacio Galan, presidente da distribuidora de gás espanhola Iberdrola. “Veremos benefícios econômicos reais e a criação de valor para a sociedade como um todo.”

Grupos ambientalistas disseram que as propostas representam um passo na direção certa, mas alguns cobraram um plano mais agressivo.

Markus Trilling, coordenador de políticas de financiamento e subsídios da organização sem fins lucrativos Climate Action Network Europe, disse que as propostas correm o risco de permitir que os Estados membros gastem dinheiro em fontes poluentes por meio dos fundos de desenvolvimento regional da UE.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 28/05/2020****Seção: Economia****Autor: Cynthia Decloedt****Título: Petrobrás capta US\$ 3,25 bi no exterior**

Em meio à pandemia de coronavírus, estatal vê demanda acima do esperado; movimento pode abrir porta a outras empresas nacionais

A emissão de US\$ 3,25 bilhões em bônus da Petrobrás realizada ontem – a primeira de empresa brasileira pós-pandemia de coronavírus – deve abrir caminho para outras companhias e bancos do País buscarem recursos no mercado financeiro internacional. A operação mostrou apetite dos estrangeiros por nomes de peso em meio à necessidade de alocar recursos, enquanto as taxas de juros das grandes economias seguem no chão.

Antes da fase da turbulência nos mercados, havia expectativa de que o segundo trimestre fosse recheado de novas captações de emissores brasileiros, em antecipação às eleições norte-americanas. A fila, no entanto, ficou congelada. Nela estavam algumas grandes companhias frequentes e novos emissores, além de instituições financeiras. O Banco Pan, controlado pela Caixa Econômica Federal e pelo BTG Pactual, abortou sua emissão que seria colocada no exterior justamente na semana seguinte ao carnaval brasileiro, que marcou o início de um forte descompasso nos preços dos ativos, em virtude da expansão do coronavírus, à época, pela Europa.

Mesmo com o forte impacto do vírus nos EUA e no Brasil neste momento, a demanda pelos papéis da Petrobrás, que superou os US\$ 15 bilhões, surpreendeu. A cifra acima de US\$ 10 bilhões não era vista há bastante tempo nas captações feitas por emissores brasileiros.

Os esforços demonstrados pela petroleira para adequar suas operações ao impacto da covid-19 e à queda no preço do petróleo, assim como o ajuste feito em seu balanço do primeiro trimestre para contabilizar perdas previstas, agradaram o mercado de modo geral.

Pedágio. A companhia, entretanto, pagou o pedágio da crise sem precedente que o mundo vive, uma vez que, no dia 21 de fevereiro, que antecedeu a reviravolta de preços nos mercados financeiros, o título da companhia oferecia com prazo de dez anos um retorno ao investidor de 3,66%.

Os preços de negociação dos papéis no mercado secundário são referência para novas captações. Mesmo assim, o custo da emissão de ontem ficou perto dos bonds emitidos em março de 2019, quando a estatal levantou US\$ 750 milhões

em papéis com vencimento em 2029 a 5,95%, e US\$ 2,25 bilhões com vencimento em 2049, a 6,9%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/05/2020

Seção: Colunas

Autor: ANNE WARTH, CYNTHIA DECLOEDT, ALINE BRONZATI, CRISTIANE BARBIERI, CIRCE BONATELLI E WELLINGTON BAHNEMANN

Título: BNDES entra em projeto de 'choque de energia barata'

Coluna do Broadcast

Conhecido pela alcunha de “choque de energia barata”, dada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o novo mercado de gás vai ganhar um aliado de peso. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está disposto a financiar toda a cadeia do gás, de ponta a ponta: dos dutos de escoamento do mar até o continente, incluindo-se aí os investimentos do consumidor final - nesse caso, a indústria intensiva em energia. Para ajudar a definir esses investimentos, a instituição acaba de lançar um estudo para “casar” oferta e demanda pelo insumo. Segundo Fábio Abrahão, diretor de infraestrutura, concessões e PPPs do banco de fomento, o objetivo foi solucionar a equação de que é preciso demanda para criar a rede - e ter rede para criar demanda.

» Deu um gás. O banco identificou os segmentos que mais precisam de gás e mapeou a localização para fazer investimentos de maneira mais eficiente. Os setores selecionados foram papel e celulose, siderurgia, fertilizantes e químicos, com destaque para o metanol.

» Deu match. Outro projeto com potencial é trocar o diesel do transporte público de grandes cidades.

» Barba e cabelo. A meta é ajudar a reindustrializar o País, segundo Abrahão. Para ele, é preciso agir hoje para ter fábricas construídas, operando e contratando em cinco ou sete anos. Para isso, a instituição vai financiar demanda, escoamento e dutos de transporte.

» Compartilhado. A proposta do BNDES para a expansão dos gasodutos é o compartilhamento pelas empresas de petróleo e gás, com operação por terceiros que não sejam produtores, por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

» Divisão. O banco se propõe a fomentar o modelo de negócio e elaborar a estrutura financeira e contratual dos projetos. Também financiá-los, articular o

cofinanciamento e realizar apresentação a investidores. À empresa líder, com experiência no setor, caberia elaborar o projeto de engenharia, implantá-lo e operar a infraestrutura.

» Corona zero. Abrahão diz que o setor de infraestrutura opera sob horizontes de longo prazo, de 20 a 35 anos, e está acostumado a crises. Por isso, a pandemia da covid-19 não é considerada um obstáculo ao novo mercado de gás. A valorização do dólar e a queda dos juros também facilitam os investimentos.

» Elétrico. Prestes a oferecer ao mercado derivativos de energia elétrica, o Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE) vai lançar no dia 10 de junho sua nova curva de preços futuros da energia. A ideia é tentar fazer com que comercializadoras e consumidores possam gerir melhor os riscos dos contratos de compra e venda de energia.

» No futuro. Entre as mudanças de metodologia, está a extensão do prazo da curva, que passou de dois para três anos, o que amplia a visão de longo prazo sobre preços da energia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/05/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Alguém consegue me explicar?

Uma grande rede, com postos de gasolina inclusive na Via Dutra, diz que o consumo de óleo diesel está crescendo em maio 18% em relação a abril.

Mas a queda é de 23% em relação a maio do ano passado.

MME / ASCOM .